

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DAVI DIAS MOREIRA JÚNIOR

O conceito sartreano de alteridade
em “Que é a literatura?”

Uberlândia
2025

DAVI DIAS MOREIRA JUNIOR

O conceito sartreano de alteridade:
em “Que é a literatura?”

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação de
Filosofia do Instituto de Filosofia da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciado e bacharel em Filosofia

Orientador: Prof. Fábio Coelho da Silva

Uberlândia
2025

DAVI DIAS MOREIRA JUNIOR

O conceito sartreano de alteridade
em “Que é a literatura?”

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Coelho da Silva (IFILO/UFU)

Prof.^a Dr.^a Georgia Cristina Amitrano (IFILO/UFU)

Dr. Silvano Severino Dias (PPGFIL/UFU)

Aos meus pais Nívia e David, minha irmã Gabriela e minha família como um todo.

Meus amigos e colegas, dedico.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o estímulo, o apoio e os desafios de Fábio Coelho da Silva, orientador neste Trabalho de Conclusão de Curso, que me acompanhou em diversos projetos. Registro aqui o agradecimento mais sincero e afetuoso.

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), e aos Coordenadores de Área Prof. Dr. Fábio Coelho da Silva e Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Vannuchi, que se encarregaram de coordenar um projeto tão importante em minha formação.

No tocante ao PIBID, agradeço também ao supervisor Prof. Me. Gustavo Rodrigues Rosato, de quem sempre recebi ajuda em todos os projetos que idealizei para nosso grupo e diversos conselhos sobre como navegar na vida de docente.

Agradeço imensamente à Prof^a Fabrícia de Souza Ferreira, docente que me proporcionou o primeiro contato com a Filosofia nas aulas do Ensino Médio no CTPM.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por todas as oportunidades de palestras, congressos, encontros, programas e eventos que me formaram tanto profissionalmente quanto pessoalmente.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/MEC pela concessão de bolsa, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em que tive a oportunidade de entrar em contato com o universo da pesquisa acadêmica e do estudo rigoroso, aprofundado e especializado de autores da Filosofia.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas que me acompanharam e acolheram durante minha graduação, em momentos difíceis e alegres.

Agradeço a Georgia Cristina Amitrano, professora do IFILO/UFU, e a Silvano Severino Dias, pesquisador do PPGFIL/UFU, que aceitaram gentilmente o convite para participar desta banca.

Finalmente, agradeço à minha família pelo incentivo, confiança e inestimável ajuda na jornada de mudança de cidade para perseguir meus sonhos.

“Basta que o Outro me olhe para que eu seja o que sou”
(Sartre, 2015, p. 338)

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise da questão de alteridade nas obras de Jean-Paul Sartre. O objetivo principal é investigar como o filósofo francês aborda e fundamenta essa ideia a partir das noções de liberdade e de responsabilidade. A relação entre eu e outro e, principalmente, entre escritor e leitor constituirá o eixo específico desta pesquisa, utilizando, para tanto, as seguintes referências básicas: "O Ser e o Nada", "Entre quatro paredes", "A responsabilidade do escritor" e "Que é a literatura?". A nossa análise parte da ontologia fenomenológica sartreana para assinalar que o conceito de intersubjetividade é entendido na relação conflituosa entre duas ou mais consciências em um processo de modificação mútua e indefinido. Em seguida, examinaremos as implicações desta discussão na relação do escritor com o seu público (leitor), destacando, especialmente, a exigência da responsabilidade vinculada ao ato de escrever. Por fim, demonstraremos que o compromisso da literatura com o tempo presente, o qual pressupõe a realização da liberdade, permite a concepção de um projeto de generosidade no campo das ações humanas no mundo.

Palavras-chave: Sartre. Liberdade. Alteridade. Literatura. Generosidade.

ABSTRACT

This work proposes an analysis of the issue of alterity in the works of Jean-Paul Sartre. The main objective is to investigate how the french philosopher approaches and bases this idea from the notions of freedom and responsibility. The relationship between me and another and, mainly, between writer and reader will constitute the specific axis of this research, using the following basic references: "Being and Nothingness", "No Exit", "The responsibility of the writer" and "What is literature?". Our analysis starts from the sartrean phenomenological ontology to point out that the concept of intersubjectivity is understood in the conflicting relationship between two or more consciousnesses in a process of mutual and undefined modification. Next, we will examine the implications of this discussion on the relationship between the writer and his audience (reader), highlighting in particular the requirement of responsibility linked to the act of writing. Finally, we will demonstrate that the commitment of literature to the present time, which presupposes the realization of freedom, allows the conception of a project of generosity in the field of human actions in the world.

Keywords: Sartre. Freedom. Otherness. Literature. Generosity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A ALTERIDADE E O OLHAR	16
2. A LIBERDADE NO CONTEXTO ESCRITOR-LEITOR.....	25
3. A GENEROSIDADE DA RELAÇÃO ESCRITOR-LEITOR	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

A questão da alteridade (em latim “alter” corresponde ao termo “outro”) ou da relação entre o Eu e o Outro decorre da história da filosofia moderna, cujo campo de investigação inaugurado pela perspectiva cartesiana permite formular a seguinte interrogação: a noção de subjetividade impõe o problema do Outro? De maneira unilateral ou mútua, diversos intelectuais teorizaram sobre como se dá essa relação ou, mais precisamente, como ocorre a possibilidade de conhecimento do Outro, bem como a instauração de um campo de ações vinculado à profusão de consciências inseridas no mundo ou, simplesmente, ao Eu diante de outros Eus, por assim dizer.

Em relação à história da filosofia contemporânea, o pensamento de Jean-Paul Sartre é decisivo para essa discussão, uma vez que sua perspectiva traçou considerações que derivam de uma ontologia fenomenológica e vislumbram uma reflexão moral. Inicialmente, sua base fenomenológica conta com as considerações dos filósofos alemães Edmund Husserl e Martin Heidegger, principalmente com a contribuição ocasionada pelas noções de intencionalidade e de ser-no-mundo.

Segundo Deise Quintiliano Pereira (2008), em seu artigo “Sartre Fenomenólogo”, ainda que de forma crítica, o filósofo francês parte de um suporte metodológico husserliano para desenvolver a sua própria atividade filosófica. Essa postura é decisiva porque ele reconhece o equívoco que se dá ao promover uma cisão radical do tipo cartesiana com a instauração de polos específicos no processo de conhecimento: a consciência (“res cogitans”) e o mundo (“res extensa”). O comentário também destaca que o autor francês ataca tanto o materialismo quanto o idealismo devido ao fato de que o ser humano vive numa espécie de integração indissociável entre consciência, corpo e do mundo.

É sabido que a separação cartesiana referente ao processo de conhecimento dá vasão a um dualismo. Franklin Leopoldo e Silva, em seu livro “Descartes: a metafísica da modernidade”, comenta:

Costumamos dizer que Descartes é dualista, ou seja, admite a existência de duas realidades completamente separadas: a alma e o corpo ou, na sua terminologia, a *substância pensante* e a *substância extensa*. Essa divisão radical determina todo o processo de constituição do saber, pois estabelece o tratamento metódico das questões da física exclusivamente a partir da extensão, por meio da aplicação do método matemático (Silva, 2005, p. 10).

O ponto culminante de tal perspectiva dualista é a cisão entre sujeito e objeto do conhecimento. Ainda como identifica Silva (2005), o primado da “substância pensante” na reestruturação da sabedoria conduziu a filosofia da subjetividade a uma dificuldade teórica extremamente acentuada, que, desde então, repercutiu na história da filosofia, qual seja: a concepção de uma consciência autossuficiente e solitária que prejudicou a elucidação da questão do Outro.

A perspectiva husserliana não se furtou em enfrentar essa dificuldade. E esse é um ponto importante para Sartre, como fica evidente com a seguinte passagem de Pereira:

Ainda como Husserl, Sartre propõe um retorno ao *eidos*, isto é, ao estudo das coisas nelas e por elas mesmas, na sua manifestação concreta, tais quais se apresentam no mundo, suprimindo todos os conceitos estabelecidos “a priori” sobre as coisas. Nessa perspectiva, a introdução do “outro” é condição indispensável para a constituição do mundo e para escapar ao solipsismo, uma vez que não há nada mais real e concreto do que a existência do outro. Para Sartre, cada homem existe no mundo com os outros homens (Pereira, 2008, p. 278).

Com essa base teórica em Husserl, a ideia do mundo ser constituído pela interação da subjetividade de todos é decisiva para a filosofia sartreana; mais precisamente, seria uma “intersubjetividade” que mais adiante veremos aplicada à realidade do escritor em sua relação com o público. Evidentemente, não há propriamente uma novidade em colocar a discussão filosófica em tais termos, uma vez que a ideia de “intersubjetividade” é vista, por exemplo, na dialética do senhor e do servo de Hegel. Tanto Hegel, em sua obra “Fenomenologia do Espírito”, quanto Sartre, em “O Ser e o Nada”, compartilham a ideia de que a existência e a realização de um indivíduo estão intimamente ligadas ao Outro.

Para entendermos a dialética do senhor e do servo de Hegel, é preciso voltar nosso olhar para as três significações fundamentais da fenomenologia: filosófica, cultural e histórica. Marcio Gimenes de Paula, em seu artigo “A dialética do senhor e do escravo em Hegel e sua repercussão no marxismo e na psicanálise lacaniana”, argumenta que elas são respectivamente:

A primeira é histórica, isto é, a ciência da experiência da consciência sempre ocorre numa determinada cultura e mesmo que ressaltemos a importância da subjetividade isso não pode ser negado. A segunda face é dialética, isto é, não se trata aqui de algo cronológico, mas sim de algo que obedece a uma lógica que conduz ao momento fundador da ciência, ou seja, ao saber

absoluto. Esta seria a plena adequação da certeza do sujeito com a verdade do objeto (Gimenes, 2019, p. 100).

A cisão abstrata moderna entre sujeito e objeto é superada por Hegel, que tenta recuperar a condição de fenômeno dos sujeitos. E ao entender que a consciência experimenta a si mesma, caminha para uma compreensão de si na medida em se relacionar com outra consciência e, portanto, com sua época; não há mais um solipsismo do tipo cartesiano em que seria definido certa primazia e unidade de um conteúdo do sujeito consigo mesmo (teoria do “cogito”).

No tocante a essa inovação de termos, o desejo é um aspecto que apresenta destaque. Gimenes (2019) argumenta em suas análises de Hegel que o “eu”, quando tenta a conciliação com a história, experiencia a consciência de si. Ao desejar, há uma duplicação da consciência de si, é preciso reconhecer o outro, há uma dialética do reconhecimento expressa no exemplo do senhor e do servo. O senhor é para si; por sua vez, o servo é visto como um ser para o outro, uma coisa. Este ser desprovido de essência é um elo entre o senhor e o objeto de seu desejo (a satisfação de ser reconhecido como tal). É pura negação, em uma relação unilateral e desigual sendo o único que reconhece a outra parte. Há um enfrentamento entre os dois, um embate que gera um impasse existencial: o senhor é reconhecido, mas não reconhece aquele que o legitima.

Na verdade, Alexandre Kojève, que ofereceu uma importante chave de leitura da obra hegeliana para a geração de Sartre, afirma:

A relação do senhor e do escravo não é portanto um reconhecimento propriamente dito. Para melhor compreender, analisemos o ponto de vista do senhor. O senhor não é o único a se considerar como senhor. O escravo também o considera como tal. Logo, o senhor é reconhecido por alguém que ele não reconhece. E nisso está a insuficiência – e o caráter trágico – de sua situação. O senhor lutou e arriscou a vida pelo reconhecimento, mas só obteve um reconhecimento sem valor para si. Porque ele só pode ficar satisfeito com o reconhecimento por parte de alguém que ele reconhece como alguém digno de o reconhecer. A atitude do senhor é pois um impasse existencial (Kojève, 2002, p. 23).

Essa encruzilhada teórica hegeliana repercute na perspectiva sartreana da tensão permanente e irresolúvel entre consciências. Em “O Ser e o Nada”, o autor expressa esse tema do Outro por meio do olhar, destacando, em especial, o exemplo da vergonha, como veremos ao longo deste trabalho.

Após essa breve introdução sobre a base teórica do autor, podemos dizer que sua trajetória filosófica é marcada por diversas temáticas, dentre as quais focaremos em três principais: a alteridade, a liberdade e a generosidade. Exponente da teoria existencialista, Sartre defende a perspectiva de que não há uma natureza humana e sim uma condição humana, ou seja, o ser humano não é definido por uma essência, mas faz parte de uma condição universalizante, que veremos mais adiante como a própria liberdade.

Com isso em mente, esta pesquisa pretende demonstrar, a partir de considerações estabelecidas em livros como “O Ser e o Nada” e “Que é a literatura?”, uma relação entre a concepção sartreana de alteridade e o posicionamento político de um escritor em relação à condição irredutível de uma consciência frente a outras consciências. Isto é, analisar como o homem situado concretamente no mundo, em sua historicidade, é levado a exercer sua liberdade de maneira engajada e generosa em relação ao Outro (no caso, o público leitor).

É importante lembrar que o movimento da obra sartriana é marcado pelo período entreguerras do século XX, em que trabalhou os conceitos de liberdade e alteridade expostos no ensaio de ontologia fenomenológica, de 1943. No entanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, Sartre propôs articular diretamente os temas de sua perspectiva filosófica a partir de seu horizonte histórico. Isso não significa que o interesse pela história estava ausente¹, mas agora a ênfase sobre o assunto assume um papel considerável. Isso porque, como diz o próprio autor em mais de um momento, a guerra explodiu os quadros envelhecidos do pensamento, ou melhor, como ele recapitulará mais tarde em “Questão de Método”:

[...] foi necessária toda a história sangrenta deste meio século para nos fazer apreender sua realidade e para nos situar numa sociedade dilacerada. Foi a guerra que fez explodir os quadros envelhecidos de nosso pensamento. A guerra, a ocupação, a resistência, os anos que se seguiram (Sartre, 1987, p. 120).

A autora Célia Freire A. Fonseca exemplifica, de forma magistral, esse despertar dos autores, principalmente da literatura, que estavam imersos na “belle époque” e tiveram que enfrentar a realidade do pós-guerra. No texto “O existencialismo e o século XX”, encontramos o seguinte comentário:

¹ Sobre esse tema, cf. Mendonça, 2006.

Com a II Guerra Mundial sobravam as últimas ilusões que ainda podiam ter sobrevivido à primeira catástrofe, os mais cegos ou desejosos de assim permanecerem tiveram de dar adeus aos últimos saudosismos da *belle époque*, definitivamente morta (Fonseca, 1967, p. 174).

A autora reitera também como houve, em especial na literatura, uma impossibilidade de neutralidade diante de tamanho conflito:

Os que, mesmo depois disso, não quiseram ou não tiveram capacidade para perceber as grandes contradições de um mundo reformado materialmente pela técnica e pela máquina, mas ainda apegado a organizações arcaicas e estruturas mentais superadas, perderam as últimas esperanças de uma acomodação quando a II Guerra Mundial, vendaval ainda mais terrível, abateu-se, de novo, sobre o mundo. E, agora, extermínio e matanças estimuladas por doutrinas que constituíam a própria base ideológica e era propagada por alguns dos países beligerantes. Não podia a literatura deixar de refletir tudo isso porque eram angústias sofridas por cada homem que, em escala mundial, foi diretamente envolvido pelo conflito (Fonseca, 1967, p. 174).

E é justamente neste sentido que a obra “Que é a literatura?” assume uma importância crucial na compreensão e nos desdobramentos da temática da alteridade na filosofia de Sartre. Se, em um primeiro momento, a famosa sentença “o inferno são os Outros”² sintetizava a questão da alteridade em seu itinerário teórico, agora veremos o filósofo expandir sua reflexão para as implicações concretas no campo da ação, cujo enfrentamento das consciências entre si, com a mediação da palavra, abre caminho para relações marcadas até mesmo pela generosidade.

Se antes da guerra a filosofia de Sartre, marcada por obras como “A Náusea” e “Entre Quatro Paredes”, não concedia tanta ênfase para o tema da história, agora as implicações históricas de sua ontologia se tornam indispensáveis. E os caminhos para uma filosofia existencialista, especialmente as suas considerações sobre a condição humana, são situados nas possibilidades históricas, como destacado por Franklin Leopoldo e Silva em seu texto “Conhecimento e identidade histórica em Sartre”:

[...] pois que a existência venha a significar liberdade é algo que depende do projeto concreto do existente quanto à realização de suas próprias possibilidades. A descrição ontofenomenológica da existência não comporta apenas o projeto existencial como uma projeção do para-si em direção ao

² Essa célebre afirmação sartriana está presente na peça de teatro “Entre quatro paredes”, de 1944. Cf. Sartre, 2006, p. 125.

seu ser, pois o projeto não é uma vivência *a priori* de possibilidades subjetivas, mas uma *antecipação* no processo de temporalização do para-si (Silva, 2003, p. 46).

Da ontologia fenomenológica aos dilemas da história, Sartre adota, como orientação de suas reflexões sobre a condição do homem, a temática da liberdade, esta que sempre está situada no mundo e é perpassada pela presença de outrem (questão da alteridade). A partir disso, este trabalho abordará a questão da liberdade situada no contexto escritor-leitor, como se dá a coexistência entre duas ou mais consciências no mundo e quais os caminhos podem ser tomados pelo homem. Mais especificamente, focaremos nos conceitos de liberdade, alteridade e generosidade aplicados à responsabilidade de quem escreve com aqueles para quem escreve.

1. A ALTERIDADE E O OLHAR

Inicialmente, para Sartre, o encontro com o Outro (a questão da alteridade) é concebido como uma consciência externa que não vê as demais como atividade, mas como coisas, objetos. Isso parte da ontologia fenomenológica que diz que o “eu” é a consciência de si mesmo, e isso só é possível a partir da relação estabelecida com outra consciência localizada no mundo, com o “outro”. Essas afirmações estão presentes na obra “O Ser e o Nada”, como podemos observar na seguinte passagem:

Este outro, cuja relação comigo não podemos captar e que jamais é dado, nós o constituímos aos poucos como objeto concreto: não é o outro o instrumento que serve para prever um acontecimento de minha experiência, mas os acontecimentos de minha experiência é que servem para constituir o outro enquanto outro, ou seja, enquanto sistema de representações fora de alcance, como objeto concreto e cognoscível. O que encaro através de minhas experiências são os sentimentos do Outro, as ideias do Outro, as volições do Outro, o caráter do Outro. É porque, com efeito, o Outro não é somente aquele que vejo, mas aquele que me vê. Encaro o Outro enquanto sistema conexo de experiências fora de alcance, no qual figuro como um objeto entre outros. (Sartre, 2015, p. 297).

Neste livro o autor apresenta sua caracterização dos modos de ser, de existir, por meio do estudo da consciência intencional. Para ele, há um contato imediato entre a consciência e o mundo, em um movimento de “ser jogado/lançado”, ainda não subjugando essa coetaneidade aos padrões lógico-matemáticos de pensamento. Esse momento é tido como pré-reflexivo, em que a consciência coexiste com o mundo, estabelecendo assim um conjunto de vivências, tais como, por exemplo, sentimentos, emoções e demais formas de contato irrefletidos³.

Essa discussão, pautada especialmente na intencionalidade husserliana, permite a Sartre conceber dois modos de ser: o Para-si (“Pour-soi”) e o Em-si (“En-soi”). O primeiro vincula-se à consciência, aos seres humanos, enquanto o segundo representa as coisas. O Em-si (as coisas) está marcado pelo princípio de identidade; esse modo de ser encontra-se no mundo definido como algo inerte, plenamente acabado. Aparece para as consciências em sua integridade, sem haver algo a ser revelado. Já o Para-si (a consciência) é uma atividade, um movimento incessante que

³ Essa temática já havia sido abordada pelo filósofo francês em “A transcendência do ego”, ensaio originalmente publicado em 1937. Ainda que sua ontologia fenomenológica não estivesse delineada nesse momento, Sartre apresenta uma série de considerações sobre as vivências (no decorrer do texto, ele emprega o termo alemão “Erlebnisse”), sobretudo relacionadas às alterações provocadas pela constituição do ego.

não coincide com algo, mas que tenta se definir na relação com as coisas, produzindo, por exemplo, o conhecimento à medida que as subjugamos a uma estrutura lógica e as transforma em objeto⁴.

Com essa submissão das coisas à estrutura lógica de pensamento ocorre a passagem da relação imediata (pré-reflexiva) para o campo da reflexão, o que, inclusive, dará origem à cisão entre o eu e outros. Vemos que a ontologia fenomenológica abre caminho para a questão da alteridade. A partir dessa base teórica, é possível entender o nosso existir e o Para-outrem (O Outro), os aspectos da subjetividade no mundo que não coincidem plenamente com a nossa consciência.

Sartre explicita que o ser humano é dotado de uma condição de universalidade, uma indeterminação originária, um movimento de liberdade em que não é previamente definido como ser fechado em si ou substância; evidentemente, há um fracassar ao tentar ser plenamente uma coisa, mas se pode ter certo êxito ao escolher um projeto próprio e o reafirmar constantemente. Ao experienciarmos a coexistência com o mundo, damos um significado para os fenômenos, as coisas, os seres, estabelecendo relações causais, afetivas, valorativas etc. Com base na importância atribuída às coisas, realizamos o nosso projeto de existência, o qual pode ser caracterizado como autêntico ou inautêntico.

Um projeto autêntico enraíza-se na própria liberdade do sujeito, que não deixa de levar em consideração sua responsabilidade perante outros. No entanto, é preciso não dar demasiada importância a outros em detrimento de si, de sua condição de existência como liberdade, já que escolher um modelo pronto e pragmático seria tentar parar de ser livre e negar a si mesmo como um projeto inacabado. Assim, um projeto inautêntico é marcado por essa tentativa, a qual, segundo o autor, consiste em agir de má-fé ("Mauvaise foi"), como podemos observar a seguir:

Não se pode dar o mesmo no caso da má-fé, se esta, como dissemos, é mentir a si mesmo. Por certo, para quem pratica a má-fé, trata-se de mascarar uma verdade desagradável ou apresentar como verdade um erro agradável. A má-fé tem na aparência, portanto, a estrutura da mentira. Só que - e isso muda tudo - na má-fé eu mesmo escondo a verdade de mim mesmo. Assim,

⁴ Vale destacar essa questão do conhecimento na perspectiva de Sartre. De acordo com o próprio autor: "Comecei pelo conhecimento para melhor me fazer entender: a filosofia francesa que nos formou não conhece quase nada além da epistemologia. Mas para Husserl e os fenomenólogos a consciência que tomamos das coisas não se limita em absoluto ao conhecimento delas. O conhecimento ou pura "representação" é apenas uma das formas possíveis da minha consciência "de" tal árvore: posso também amá-la, temê-la, detestá-la, e essa superação da consciência por si mesma, que chamamos de "intencionalidade", reaparece no temor, no ódio e no amor" (Sartre, 2005, p. 57).

não existe neste caso a dualidade do enganador e do enganado. A má-fé implica por essência, ao contrário, a unidade de uma consciência (Sartre, 2015, p. 94).

Ao tentarmos fugir da responsabilidade de sermos livres e escolher o próprio projeto autêntico, agimos de má-fé porque escolhemos um caminho delineado por alguma autoridade reguladora externa a nós, quer seja algo metafísico como deuses e imperativos de ordem moral ou, até mesmo, quer seja outras consciências (ordem humana). Enganamos a nós mesmos, somos ambos enganador e enganado.

Essas breves considerações sobre a ontologia fenomenologia são decisivas para entender a orientação de Sartre no pós-guerra. De fato, o vocabulário de “O Ser e o Nada” sofrerá uma transformação, mas o núcleo temático subjetividade/intersubjetividade, liberdade e situação, permanecerá no horizonte sartriano, sobretudo ao abordar a questão do Outro.

Os conhecimentos sobre a subjetividade alheia, o Outro, são ontologicamente impossíveis. Isto se dá pelo fato de que, segundo o autor, na herança cartesiana o “cogito” reconhece as demais consciências como sendo uma pura negação externa do eu. Com isso, qualquer apreensão da alteridade em si seria infrutífera. É possível entender o outro também como pura negação interna, visto a conexão entre dois termos que se constituem negando ser o outro. Esta última análise é compreendida pela dialética do senhor e do servo de Hegel, explicada anteriormente.

Com esta constatação fica o questionamento: como analisar esta situação de consciências frente a outras consciências dada a impossibilidade de adotarmos o “ponto de vista do outro”? Se não seria possível uma interação transparente de consciências, qual é o tipo de relação possível entre o Para-si e o Outro?

Para responder a tais questões é preciso analisarmos os conceitos de intersubjetividade e situação. Vimos que o Outro é apreendido pela nossa consciência como algo externo e, portanto, opaco, inerte. Para além disso, é também crucial para o conhecimento do eu, experienciamos a nós mesmos também na medida em que experimentamos os limites de nosso ser, situados no mundo com as demais consciências.

Se não é possível adotar o “ponto de vista do outro”, pode-se analisá-lo concretamente e “onticamente” de forma empírica. Isto é, visto que não há uma apreensão de algo ou alguém por inteiro conceitualmente, é preciso que haja uma análise em alguma situação real, localizada no tempo e na história.

Sartre exemplifica isso ao tomar o olhar como perspectiva teórica, tal como encontramos no último tópico do primeiro capítulo da terceira parte de “O Ser e o Nada”. A presença do outro é tida como objetividade que se observa. Vejamos a seguinte passagem:

Esta mulher que vejo andando em minha direção, este homem que passa na rua, esse mendigo que ouço cantar de minha janela são *objetos* para mim, sem a menor dúvida. Assim, é verdade que ao menos uma das modalidades da presença do Outro para mim é a *objetividade* (Sartre, 2015, p. 326).

A princípio é percebido como objetividade, mas logo constata-se que essa relação é também de um teor conjectural e provável, já que a percepção de outra subjetividade é diferente do que a de um ser Em-si, das coisas do mundo. Isso se dá pelo fato de que a espacialidade e as relações com o ambiente são modificadas pelo ser humano e assim não poderia ser percebido como um mero objeto tirado de contexto.

Se, com efeito, o Outro é percebido como fuga e ausência de mim mesmo no mundo, algo que observo externamente mas que não é somente objeto, a relação de alteridade pode ser entendida a partir da possibilidade de ser visto pelo outro. A forma como minha consciência percebe o outro, dita anteriormente, é agora aplicada a como esse outro me enxerga, não como um ser-objeto mas um ser-sujeito.

A base teórica de toda a teoria do Outro, é assim resumida em uma conexão fundamental de consciências que se definem em relação concreta ao mundo e de forma intersubjetiva, “por princípio, *aquela que me olha*” (Sartre, 2015, p. 332).

Como já mencionamos rapidamente na parte introdutória desta pesquisa, a questão da alteridade – e, em especial, como veremos a seguir, a temática do olhar – é explícita na obra teatral “Entre quatro paredes”. Esta “peça em um ato” e encenada em um único recinto acompanha três personagens principais: Garcin (jornalista e literato), Inês (lésbica e funcionária dos correios) e Estelle (uma mulher fútil).

Com a chegada do trio ao inferno, que diferente da imagem tipicamente cristã com demônios e punições, se desencadeia conflitos apenas com a presença um do outro, atestada continuamente por meio do olhar. Neste contexto, a consciência do outro e o ser visto por outrem é a forma mais eficiente de tortura, dispensando quaisquer outros instrumentos elaborados. Em suma, podemos entender a ideia sartreana do olhar como ferramenta de desconforto na seguinte passagem da

apresentação do livro: “Desapareceu a figura do diabo, representado por serviçal lacônico que apenas conduz os condenados ao salão em que queimarão não no fogo eterno, mas na luz da própria consciência” (Sartre, 2006, p. 11).

Em um quarto sem espelhos ou janelas, no qual não se dorme ou pisca os olhos, é impossível escapar do questionamento, julgamento e mistério que o olhar alheio exerce sobre os enclausurados. Cada particularidade de um dos personagens irrita os demais, cuja simples convivência por muito tempo, levada às últimas consequências, torna-se insuportável. Essa ideia de eterno conflito e a incapacidade de fuga tornam-se mais enfáticos ao final da peça, quando Garcin expressa a seguinte frase: “Pois bem, continuemos” (Sartre, 2006, p. 127).

A consciência alheia expressa por meio do olhar e das palavras das três personagens oferece condições suficientes para seus tormentos, exemplos disso são: a falta de espelhos que os fazem recorrer ao olhar crítico e descrição impiedosa de cada um sobre os demais; a briga pelo vocabulário cortês que atenda a demanda de todos; o anseio pela validação advinda de um amor externo, entre outras formas de sofrimento mútuo.

Garcin, o literato, sente o abismo que existia entre seu espaço social (mulherengo que maltratava a esposa) e profissional (jornalista pacifista), faz reflexões do homem que ele foi. Demanda certa polidez das demais “companheiras de cela” para que mantenha sua identidade, desejando escapar do peso de ser um desertor, do arrependimento de nunca ter sido um herói por não utilizar de seu engajamento político. O inferno, de forma pessoal, para Garcin, é perceber que seus crimes de omissão em uma época de inúmeras violências não serão absolvidos por ninguém.

Já a segunda personagem, Inês (lésbica), é impetuosa com os demais, não adota qualquer projeto de convivência harmoniosa, escancara a condição de todos ali, assassinos. Não consegue se conformar com a felicidade alheia, uma vez que ela mesma não a experiencia. Isso é evidente em sua história terrestre, quando, ainda viva, dividia um amor pela esposa de seu primo, e aproximou-se dela concomitantemente ao afastamento dos dois, afastamento este que foi causa direta. Mesmo depois de morta, ela incomoda-se com o conhecimento de que há um casal feliz vivendo em seu quarto alugado, agora com a proximidade (forçada) de Estelle e Garcin.

Todo o conflito e desconforto entre consciências é expresso muito bem na personagem Estelle; descrita como fútil, ela preocupa-se demasiadamente com

questões estéticas, de gosto e de reputação, cujos aspectos dependem essencialmente de outros. A vaidade é para ela uma confirmação de sua personalidade, das máscaras que criou para si mesma, e demonstra assim uma constante necessidade pelo olhar de outrem que lhe reforce esta ideia.

A falta de um projeto autêntico, não baseado na má-fé e na superficialidade, faz com que o olhar crítico dos demais seja um constante lembrete da farsa a que se propõem estas pessoas. Essa relação dependente da afirmação alheia e o papel do olhar do outro são exemplificados no seguinte comentário de Miguel Sanches Neto (2006, p. 20):

Garcin, o covarde tem nos braços Estelle, a infanticida [...]. Estou vendo vocês, estou vendo; sozinha sou uma multidão, a multidão.” A mudança do artigo indefinido para o artigo definido sugere que Inês assumiu o papel de toda a multidão extinta e passou a ser o grande carrasco. A multidão os fita pelos olhos de Inês, e também os julga, repetindo seus crimes.

O trecho citado acima, deixa clara a importância do olhar que pode tanto reforçar quanto rechaçar uma atitude; a ideia de uma multidão por inteiro estar contida em um só olhar é expressivo desta imponente que ele carrega. E este já é motivo suficiente para que o inferno sartreano seja tão visceral sem o uso de artimanhas, aparatos e quaisquer formas simbólicas de tortura mais complexas e elaboradas.

Retomando essa ideia de conflito ininterrupto, a incapacidade de fuga torna-se mais enfática ao final da peça, na qual Garcin expressa a seguinte afirmação já mencionada acima: “Pois bem, continuemos” (Sartre, 2006, p. 127); assim a peça de um único ato chega ao seu fim, mas não o sofrimento dos personagens. O constante embate entre consciências e a incapacidade de escapar desse estado nos faz questionar: é possível ter uma coexistência que não seja necessariamente conflituosa? Os limites que o outro me impõe são em si obstáculos? Qual outro tipo de relação seria possível para se atingir a coexistência pacífica? Tais questionamentos serão respondidos nos próximos capítulos. Por ora, a questão do olhar continua como decisiva em nossa análise da alteridade.

Dito isso, a questão do olhar em Sartre não deve ser considerada como algo puramente metafísico e/ou teórico, é um problema filosófico concreto que expressa também uma preocupação e, em certo sentido, a vivência histórica do tempo do autor. Cristina Diniz Mendonça, em seu artigo “A dessublimação emancipadora de Sartre”,

faz a conexão do tema com os eventos históricos da época em que o filósofo francês escreve.

É durante a Guerra e a Ocupação que a experiência da opressão do olhar do Outro – esse olhar que nos devassa e torna a existência absurda e insuportável (“o inferno são os Outros”) – transforma-se em problema filosófico para Sartre. Nas palavras do próprio autor, referindo-se a *Huis Clos*: “eu não esquecia o sentimento que tivera no campo de prisioneiros ao viver constantemente, totalmente, sob o olhar dos outros, e o inferno que daí decorre” (SARTRE, 1968, pp. 33-34). Esse “sentimento” foi alçado à condição de forma filosófica em SN, onde se lê: “Constantemente, onde quer que eu esteja, *alguém* me olha” (SARTRE, 1943a, p. 329). SN coloca em forma filosófica a experiência política crucial que *Huis Clos*, *As Moscas* e *Os caminhos da liberdade*, entre outras, colocam em forma literária (Mendonça, 2006, p. 108).

Segundo a autora, a figura concreta do algoz alemão na segunda guerra mundial, especialmente na França ocupada, assumirá o exemplo deste Outro como quem impõe um limite à liberdade dos demais. Isto demonstra que a situação-limite do período de guerra vem à tona nas reflexões de Sartre de maneira tão fundamental que chamá-lo de utópico seria, no mínimo, imprudente.

O conceito de situação em Sartre é decisivo para rebater as críticas que afirmam que o autor é demasiado metafísico. A título de exemplo, para entendermos o seu alcance de tal conceito, em seu texto “Reflexões sobre a questão judaica” Sartre constata:

[...] o homem se define antes de tudo como um ser em situação: isso significa que constitui um todo sintético com sua situação biológica, econômica, política, cultural, etc. Não é possível distingui-lo dessa situação, pois ela o forma e decide de suas possibilidades, mas inversamente, é ele que lhe atribui o sentido escolhendo-se em e por ela. Estar em situação significa escolher-se em situação e os homens diferem entre si como diferem suas respectivas situações e também conforme a escolha que efetuam de sua própria pessoa (Sartre, 1968, p. 35).

Sua ontologia baseia-se na concretude da vida humana, em dar importância para o contexto e momentos que alguém se encontra, na consciência de que é possível escolher e dar sentido próprio a cada momento, na ação política que perpassa o estar no mundo. Especialmente em uma época histórica de guerra mundial, genocídio e diversas catástrofes humanitárias, a situação em que se encontrava o autor foi decisiva para suas análises teóricas, especialmente ontológicas.

Sartre utiliza de exemplos imagéticos em “O Ser e o Nada” como pode ser observado no exemplo do soldado, visto a seguir:

A distância entre o inimigo e ele estava medida pela trajetória de sua bala, e eu também podia captar e transcender esta distância como distância que se organizava em torno do centro “soldado”. Mas, eis que o soldado joga seu fuzil ao fosso e trata-se de salvar-se. Imediatamente, a presença do inimigo o circunda e o oprime; o inimigo, que era mantido à distância pela trajetória das balas, salta sobre ele no instante em que a trajetória se desfaz; ao mesmo tempo, este país-de-fundo que defendia e no qual se apoiava, como se fosse um muro, subitamente gira, abre-se em leque e torna-se o país-de-frente, o horizonte acolhedor rumo ao qual ele corre para refugiar-se (Sartre, 2015, p. 376).

Situado espacialmente no mundo, o olhar tem também uma característica temporal. A simultaneidade de consciências é possível por meio da conexão temporal de dois existentes não relacionados entre si, diferentes. São perspectivas e formas de estar no mundo completamente únicas, que compartilham um mundo, mas com temporalizações e perspectivas próprias. Ao entender isso, é possível ter uma maior noção da peculiar condição de que uma liberdade se encontra frente a outras tantas liberdades.

O medo, explicado pelo autor, como “sentimento de estar em perigo frente à liberdade do Outro” (Sartre, 2015, p. 344), assim como os sentimentos de orgulho ou vergonha derivam desse contato inescapável com os outros. O tema da servidão reaparece no texto, agora como causador deste medo que faz parte da estrutura permanente do ser-Para-outro.

Nesse sentido, podemos considerar-nos “escravos”, na medida em que aparecemos ao Outro. Mas esta escravidão não é o resultado – histórico e suscetível de ser superado – de uma *vida*, na forma abstrata da consciência. Sou escravo na medida em que sou dependente em meu ser do âmago de uma liberdade que não é a minha e que é a condição mesmo de meu ser. Enquanto sou objeto de valores que vêm me qualificar sem que eu possa agir sobre esta qualificação ou sequer conhecê-la, estou na escravidão (Sartre, 2015, p. 344).

Esta passagem exemplifica como estar no mundo, registrado pelo olhar dos demais, faz com que haja uma constante fixidez e vulnerabilidade ao ser observado. Dependemos de circunstâncias e liberdades às quais não controlamos, e não há como fugir desta condição, faz parte do modo ser propriamente humano frente aos outros.

Os sentimentos de medo, de orgulho e de vergonha derivam do olhar e servem a um propósito, o de limitar e conectar minha liberdade em situações concretas. Na

interpretação que fazemos da obra sartreana, não há uma conotação ruim para essa delimitação da liberdade humana. Caso não houvesse tais condicionantes, a liberdade ficaria em um campo abstrato, de eterna possibilidade sem nenhuma concretude. Já que não é o caso, não é plausível que consideremos Sartre como idealista ou, até mesmo, um utópico.

Assim, no olhar, a morte de minhas possibilidades me faz experimentar a liberdade do Outro; essa morte se realiza somente no cerne desta liberdade, e eu – inacessível a mim mesmo e, no entanto, eu mesmo – sou arremessado, deixado aí, no âmago da liberdade do outro (Sartre, 2015, p. 348).

Estamos tão ligados à presença incontrolável do outro, a sua imprevisibilidade, que somente nesta relação é possível formar qualquer pensamento sobre nossa própria liberdade. Somos testados em todos os sentidos pelo julgamento alheio, o constante estar vulnerável e despido aos olhos do diferente de nós mesmos. Isso nos permite ser lançados constantemente no tempo presente, no agora, como um processo indefinido de realização.

2. A LIBERDADE NO CONTEXTO ESCRITOR-LEITOR

Como veremos a seguir, essa liberdade em relação aos demais seres humanos será explicada enfaticamente a partir da situação do escritor no livro “Que é a literatura?”. Essencialmente, Sartre pretende definir o que significa escrever, o porquê de se escrever e para quem se escreve; esse núcleo temático permite caracterizar o significado da literatura e, mais especificamente, da literatura engajada (com responsabilidade). Neste livro é perceptível a demasiada importância do leitor como um agente de interação constante, sem nunca haver um cessar desta relação.

A linguagem é entendida como algo que nos conecta aos outros e nos informa a respeito deles, é um prolongamento dos nossos sentidos. Assim, estamos na linguagem como estamos em nosso corpo. Ao usarmos os recursos da linguagem, por exemplo ao falarmos sobre uma trivialidade qualquer, agimos no mundo e desvelamos algo. Isso porque, como salienta Sartre, uma coisa após ser nomeada não é mais inteiramente a mesma; ela perde a sua “inocência”. Ou melhor, como exemplifica o próprio autor:

Nomeando a conduta de um indivíduo, nós a revelamos a ele; ele se vê. E como ao mesmo tempo a nomeamos para todos os outros, no momento em que ele se vê, sabe que está sendo visto; seu gesto furtivo, que dele passava despercebido, passa a existir enormemente, a existir para todos [...] (Sartre, 2004, p. 20).

A importância do falar já havia sido expressa no texto “A responsabilidade do escritor”, de 1946. Ali, o filósofo francês reforça essa ideia ao demonstrar que o ato do escritor de trazer algo à tona para seu leitor já consistiria em promover uma mudança em si, como podemos verificar na seguinte passagem:

Portanto, a partir desse momento, existe para ele e, por isso, por mais humilde que seja a mudança, seu universo é mudado. Há agora para ele um objeto que existe e que, antes, não existia. Eu nomeei e, por esse fato, ele percebe que está integrado ao universo e que agora está lidando com ele⁵ (Sartre, 1998, p. 17, tradução nossa).

⁵ “Par conséquent, dès ce moment, il existe pour lui, et de ce fait, si humble que soit le changement, son univers est changé. Il y a maintenant pour lui un objet qui existe et qui, auparavant, n’existait pas. Je l’ai nommé, et, de ce fait, il se rend compte qu’il est intégré dans l’univers et qu’il a, maintenant, affaire à lui” (Sartre, 1998, p. 17).

Com isso, vislumbramos que a figura do escritor é definida como aquela que decide desvendar o mundo e o homem para os outros homens, com o propósito de que estes assumam integralmente a responsabilidade por seu modo de ser, pensar e agir. A função do escritor é, portanto, fazer com que nenhum indivíduo possa ignorar o mundo e se considerar inocente diante dele. O desvendar do mundo não se dá apenas no campo dos objetos, mas também, como dissemos anteriormente, envolve as relações com os outros. A questão do olhar, que foi trabalhada no capítulo anterior, demonstra como o conhecimento da observação alheia sobre nossas condutas retira a possibilidade de uma isenção de responsabilidade. Sobre esse ponto, Sartre esclarece:

A partir do momento em que eu nomeio a conduta do meu vizinho, ele sabe o que está fazendo. Além disso, ele sabe que eu sei. E, por conseguinte, a sua atitude em relação a mim muda. Ele sabe que os outros sabem ou podem saber, e sua ação sai da subjetividade e se integra ao espírito objetivo⁶ (Sartre, 1998, p. 19, tradução nossa).

Após a inserção no universo da linguagem não existe mais a possibilidade do não falar, já que o silêncio é um momento da linguagem. Assim, escolher falar sobre algo é também escolher não falar sobre todas as outras coisas. No escrito citado acima, o autor utiliza do exemplo de um homem mudo para argumentar que este não estaria em silêncio, assim haveria uma diferença entre o não posicionamento político e o não esboçar palavras de forma oral.

Ao retomar o tema da liberdade na perspectiva existencialista, faz-se necessário aprofundá-lo, sobretudo, ainda que possa parecer paradoxal, como uma espécie de condenação da qual não podemos escapar por sermos humanos. Ela está necessariamente atrelada à ideia de responsabilidade:

A consequência essencial de nossas observações anteriores é a de que o homem, estando condenado a ser livre, carrega nos ombros o peso do mundo inteiro: é responsável pelo mundo e por si mesmo enquanto maneira de ser. Tomemos a palavra “responsabilidade” em seu sentido corriqueiro de “consciência (de) ser o autor incontestável de um acontecimento ou de um objeto (Sartre, 2015, p. 678).

⁶ “À partir du moment où je nomme la conduite de mon voisin, il sait ce qu’il fait. En outre il sait que je le sais. Et, par conséquent, son attitude vis-à-vis de moi est changée. Il sait que d’autres le savent ou peuvent le savoir, et son action sort de la subjectivité pour s’intégrer dans l’esprit objectif” (Sartre, 1998, p. 19).

E um pouco mais tarde, em sua famosa conferência “O existencialismo é um humanismo”, de 1945:

Assim, nem atrás de nós, nem à nossa frente, ou no domínio numinoso dos valores, dispomos de justificativas ou escusas. Nós estamos sós, sem escusas. É o que exprimirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, pois ele não se criou a si mesmo, e, por outro lado, contudo, é livre, já que, uma vez lançado no mundo, é o responsável por tudo que faz (Sartre, 2014, p. 24).

Essa ideia de liberdade é decisiva em “Que é a literatura?”. Ao entender que escrever é um ato criativo e expressivo, perpassado por uma série de escolhas e decisões por parte do escritor, o que se evidencia é o fato de que ele deve selecionar as palavras, construir frases, estabelecer estruturas narrativas e definir o estilo de sua escrita. Nesse sentido, escrever é, inevitavelmente, um ato político. O estilo da escrita, o uso ou não de certas palavras, os vícios de linguagem e todas as demais formas estilísticas da escrita, como quer Sartre, não são somente elementos pertencente à área da estética. Se algo propriamente estético pode ser indicativo da responsabilidade do escritor com seu público, há uma conexão sartreana entre a estética e a política, especificamente no contexto da literatura.

Tendo isso em vista, é preciso destacar que a fuga para a pura apresentação estética é uma forma sem compromisso da irresponsabilidade do escritor. A busca pelo prazer estético, mediado e regulado surge de um desejo duplamente livre. Ou melhor,

[...] livre primeiro como criação, porque de acordo com a própria definição, se criamos algo é porque o germe dessa coisa não estava rigorosamente contido no momento anterior. Se criamos, é porque há algo novo em relação à previsão que poderíamos fazer no instante anterior. Livre então como regulada, isto é, como atividade que se dá as suas próprias leis. Aqui aparece o segundo sentido da liberdade: a autonomia, a possibilidade de agir pela representação das leis e não sob o efeito das leis⁷ (Sartre, 1998, p. 23-24, tradução nossa).

A exigência da estética por si mesma na literatura do século XIX não condiz com uma literatura engajada e concreta como queria o filósofo. E essa demanda da

⁷ “libre d’abord comme création, parce que d’après la définition même, si nous créons quelque chose, c’est que le germe de cette chose n’était pas rigoureusement contenu dans l’instant antérieur. Si nous créons, c’est qu’il y a du neuf par rapport à la prévision qu’on pouvait faire l’instant d’avant. Libre ensuite comme réglée, c’est-à-dire comme activité qui se donne ses propres lois. Ici apparaît le deuxième sens de la liberté: l’autonomie, la possibilité d’agir par la représentation des lois et non pas sous l’effet des lois” (Sartre, 1998, p. 23-24).

burguesia acaba por excluir a importância política do escritor. É preciso que o escritor não se afaste das classes oprimidas ao utilizar demasiadamente de uma estética que não serve a um propósito maior, qual seja: a liberdade.

Já no que se refere ao motivo de escrever, o filósofo francês coloca em sua obra a seguinte questão: “Por que justamente escrever, empreender por escrito suas evasões e suas conquistas? É que existe por trás dos diversos desígnios dos autores, uma escolha mais profunda e mais imediata, que é comum a todos.” (Sartre, 2004, p. 33). Essa questão recupera e mostra a continuidade do pensamento de Sartre. Segundo ele, a escrita tem diversas finalidades e significados para os escritores: a expressão da liberdade, o compartilhamento da visão de mundo, a revelação da condição humana; o diálogo e conexão com os leitores; a transformação e a influência; e a satisfação pessoal. Esses são alguns dos motivos pelos quais Sartre sugere que as pessoas escrevam, além de suas próprias motivações e razões pessoais, em um envolvimento necessário com o outro.

Ademais, em seu texto “Que é a literatura?” está exposto que a liberdade da criação literária só pode encontrar sua realização final na leitura. Isso significa que o artista deve confiar ao outro a tarefa de completar aquilo que iniciou; somente por meio da consciência do leitor que ele pode se perceber como essencial à sua produção artística e, assim, toda obra literária é um apelo. Escrever é apelar ao leitor para que este faça o empreendimento de desvendamento do mundo por meio da linguagem; de tal modo que o mundo passe a existir de forma objetiva. O Outro é, portanto, imprescindível no processo da arte da escrita, ou melhor, ela só existe se for por e para outrem.

Nota-se que a operação de escrever implica a de ler, como uma relação dialética, e esses dois atos conexos necessitam de dois agentes distintos. Como salienta Sartre, esta relação do reconhecimento do escritor pelos outros se relaciona a temática hegeliana do reconhecimento dialético das consciências, isto é, de um processo de reciprocidade. Será justamente o esforço conjugado do autor com o leitor que fará surgir esse objeto concreto e imaginário que é a obra do espírito. O livro não serve à minha liberdade, mas, sim, a requisita. Não é um meio que vise a algum fim, porém, ele se propõe como fim para a liberdade do leitor que exige a minha.

No terceiro capítulo de “Que é a literatura?”, intitulado “Para quem se escreve?”, o autor afirma, inicialmente, sem ressalvas, que a resposta seria o leitor universal. O escritor sabe que essas liberdades abstratas são atoladas, mascaradas, indisponíveis,

e que, portanto, é preciso “limpá-las”, falar delas puramente ao escrevê-las. Não há liberdade dada, esta é uma pura consciência abstrata do ser livre, a liberdade só se realiza concretamente em uma situação histórica.

As liberdades do autor e do leitor se procuram e se afetam no mundo; as escolhas para a criação da obra são de certos aspectos do mundo, são decisivas na seleção de um público. Ao escolher o leitor, o escritor decide qual é o seu tema, ou melhor, escolhe qual público quer atingir e escreve para eles assuntos que lhes interessam. No entanto, Sartre argumenta que mais simples seria tomar como significativo a própria condição do autor.

Ainda no terceiro capítulo de “Que é a literatura?” há uma discussão sobre a relação da literatura e da crítica a partir da análise histórica dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, especialmente sobre qual papel do escritor e o que é literatura, tendo como referencial obras famosas de cada época. Isso também permite evidenciar o papel do público em cada contexto.

O autor inicia suas análises a partir século XVII, em que o público virtual não existe, ou seja, é nulo ou quase; o artista aceita sem criticar a ideologia da elite, a classe dominante da época. O escritor se torna cúmplice do seu público, com ninguém para perturbar seu pacto, respeitando as regras e os costumes da definição da carreira de escritor. A literatura, nesta época, caracteriza-se por ser alienada e conivente, em que o estilo seria a suprema cortesia entre o escritor e o leitor.

Na sequência, o século XVIII é marcado pela ascensão da burguesia e a divisão do público em duas classes: a elite, a classe dirigente, os clérigos, e a burguesia que se pôs a ler. Nesse momento, o escritor entra em uma dicotomia, já que precisa satisfazer essas duas classes com demandas contraditórias. As liberdades necessárias (ou ideia de liberdade) que a literatura exige não se distinguem das liberdades políticas que o cidadão quer conquistar.

Neste século uma ideologia é liquidada para que haja o surgimento de outra, o que faz com que o escritor se encontre como parte do sentido da história. Por isso, como comenta Sartre, “Seu trabalho de apresentação, de crítica, de apresentação das ideologias a uma liberdade, vai com o trabalho de crítica que se faz no seio da sociedade pelo fato de haver um deslocamento de classe⁸” (Sartre, 1998, p. 36,

⁸ “Son travail de présentation, de critique, de présentation des idéologies à une liberté, va avec le travail de critique qui se fait au sein de la société du fait qu’il y a un déplacement de classe” (Sartre, 1998, p. 36).

tradução nossa). São exemplos dessa orientação: Jean-Jacques Rousseau e Voltaire (François-Marie Arouet).

A passagem para o século XIX é marcada por um desligamento da ideologia religiosa na literatura; ela cessa a servidão à ideologia burguesa e coloca-se como independente e preserva seu aspecto abstrato de pura negatividade. Não há privilégio de nenhum tema, trata todos como iguais. Não é mais alienada e torna-se seu próprio objeto em uma sociedade do trabalho.

No entanto, este século que marca o fim de uma ideologia comporta o desacordo do escritor com a classe que o produz, concomitantemente com a falta de domínio da outra classe, a saber, o proletariado. Ao ignorar o proletariado e não fornecer ideias para a classe dominante, o escritor se vê subjugado à produção de valores puros, um apelo à liberdade abstrata.

Sartre termina sua análise histórica com o século XX, a literatura está em declínio, a negação absoluta. E no fim dessa mudança rompe-se todos os vínculos com a sociedade e, desse modo, a literatura já não tem nem mesmo um público. A literatura é a subjetividade de uma sociedade em uma revolução permanente, a qual tenta superar a antinomia entre a palavra e a ação. Sua alienação em uma determinada época, como o século XX, se dá pelo fato de que não alcançou a consciência explícita da sua autonomia e se submete aos poderes temporais ou a uma ideologia.

Assim, na relação dialética os leitores retribuem a confiança neles depositada ao reconhecer a liberdade criadora do autor e a solicitar com um apelo simétrico e inverso. Aqui, portanto, aparece o outro paradoxo dialético da leitura, isto é, quanto mais experimentamos a nossa liberdade, mais reconhecemos a do outro. A questão da alteridade torna-se indissociável do processo de escrita, leitura e comunicação da obra com o público.

Sartre destaca também a leitura como um exercício de generosidade. Requerendo ao leitor a doação de toda a sua pessoa, com suas paixões, suas simpatias, sua escala de valores etc. É preciso generosidade para que os leitores utilizem sua liberdade para transformar e ampliar sua sensibilidade por meio da leitura de um autor. Os escritores escrevem para um público, mesmo que esse seja apenas imaginado. O processo de escrita os tem como parte integrante do escrever, já que a intenção da obra literária é ser lida e compreendida pelas outras consciências inseridas no mundo.

É preciso antecipar as reações e as interpretações dos leitores ao escrever, e essa expectativa influencia quais escolhas narrativas e estilísticas serão feitas. Cria-se assim uma relação imaginária com o público leitor, com o outro. Quem escreve pode ter diferentes públicos em mente ao escrever, direcionar sua obra a um público específico, como uma comunidade, uma classe social ou um grupo de pessoas com interesses comuns. Outros escritores podem ter uma audiência mais ampla em mente, buscando alcançar uma gama diversificada de leitores.

A literatura, portanto, é um meio pelo qual os escritores podem explorar e comunicar as complexidades da condição humana, incluindo os desejos, os conflitos e as relações sociais. Uma maneira de darem sentido ao mundo e compartilharem dialeticamente sua visão particular com os leitores, uma forma de liberdade ao criar personagens, histórias e cenários, que simbolizam certa ideia retratada na história e na humanidade, apelando assim às emoções, às reflexões e, sobretudo, à liberdade do leitor.

De maneira concomitante, os leitores têm a liberdade de interpretar e dar significado a essas obras que são uma manifestação da liberdade individual e coletiva, explorando, por meio dos livros, os dilemas morais, as contradições sociais, as emoções humanas e as lutas dramáticas que fazem parte da experiência do ser humano.

Dessa maneira, a literatura é uma forma de engajamento e responsabilidade com o mundo, na qual os escritores têm a liberdade de escolher as temáticas que desejam abordar em suas obras, bem como a maneira como querem explorá-las. Isso implica a responsabilidade de expressar-se autenticamente, transmitindo suas narrativas e expressando as vivências humanas, mesmo em mundos imaginários. Ao saber que falar é agir, e o não agir é uma escolha, seria imprudente determinar agentes externos e mundos inalcançáveis como a solução para impasses vividos por seres humanos de nossa época.

Mas essa escolha das temáticas a serem abordadas não é feita sem situar a realidade do escritor, sua responsabilidade perante o público. Logo, é possível e preciso que se pergunte a um escritor por que ele fala sobre algo, e ignora ou não fala sobre todo o resto, sobre o que ele quer falar e sobre o que costuma querer falar. É preciso que saiba sempre responder “O que quer mudar?” “Por que isso em vez daquilo?”

3. A GENEROSIDADE DA RELAÇÃO ESCRITOR-LEITOR

No artigo “A ambiguidade e a generosidade: categorias da relação escritor-leitor em Sartre e Beauvoir”, de Thiago Sitoni e Débora Fátima Gregorini, fica evidente que a generosidade constitui a práxis literária da relação dialética escritor-leitor, pois o primeiro se desvenda a si próprio concomitante ao desvendamento do mundo por meio da leitura. Tendo como foco principal as noções de engajamento e de generosidade em Sartre, os autores destacam:

O princípio mediador entre essa “vizinhança comunicante” (Leopoldo e Silva, 2004, p. 13) é a noção de engajamento. Esse é o ponto de partida para a redação de *Que é a literatura?* Os leitores da década de 1947 liam o termo engajamento enquanto sinônimo de filiação a um partido, a uma ideologia ou aos deveres do cidadão. A bem da verdade, tal engajamento na literatura surge em crítica a uma literatura de consumo e uma literatura significante (Sitoni; Gregorini, 2024, p. 323).

Na passagem acima é possível vislumbrar como os autores concluem que, endossando uma célebre consideração de Silva (2004), há uma dimensão comunicante entre literatura e filosofia, cujo caráter ontológico e histórico deve ser levado em consideração para que haja uma literatura considerada engajada. Ela não é necessariamente partidária, um realismo soviético ou um manual de condutas para o exercício de funções sociais particulares. A literatura engajada não é uma ferramenta a serviço de instituições ou um mecanismo para apaziguar e oferecer conforto para os dilemas da sociedade. “Dar soluções aos conflitos, certamente não, mas, em definitivo, colocá-los à mostra” (Sitoni; Gregorini, 2024, p. 323).

É preciso que o escritor auxilie o leitor na passagem da irreflexão para a reflexão, sua função é a de desvelar o mundo utilizando situações concretas por meio da literatura, e não de dar direções universais a partir de seus personagens fictícios e enredo. Por esta razão, não há necessidade de toda escrita ser realista, é possível que pela fantasia o autor consiga expressar um dilema existencial real, já que “O projeto do escritor não é puramente interpretar a realidade; mas, codificá-la e modificá-la a partir de um vazio primordial” (Sitoni; Gregorini, 2024, p. 324).

Assim, é possível ser um escritor engajado com a descrição de mundos fantasiosos. A literatura comprometida com o tempo presente não necessita ser rigorosamente descritiva, mas deve fazer alusão – mesmo que de maneira implícita – à problemas e à realidade humana atual, retratar a indeterminação originária do ser

Para-si (consciência) e, a partir disso, gerar reflexões em quem se entrega generosamente no ato da leitura.

A ideia de generosidade delineada no pensamento sartriano vincula-se a essa relação que resulta na reflexividade do humano enquanto indivíduo e sujeito histórico. Todo o compromisso ético, implícito na perspectiva existencialista, de humildade para adaptar-se e não seguir um modelo petrificado de comportamento não se dá como cartilha pragmática das ações contidos nas narrativas, mas como ímpeto de repensar constantemente o nosso papel, nossa parte de responsabilidade sobre a situação concreta do mundo atual. Tais reflexões se mostram evidentes a partir do seguinte comentário:

É um duplo desvendamento: do humano enquanto reflexividade e da reflexividade em comunhão histórica. Nesse sentido, agir não é agir tal como as personagens dos enredos; é agir conforme a uma ética da liberdade que se catapulta a partir de seus móveis por um verdadeiro projeto (Santos, 2019; Sartre, 1943). Por fim, a generosidade chega a seu ápice na consciência reflexiva, marcada pela reciprocidade. Esse instante está aliado à clássica interrogação: a vida imita a arte ou a arte imita a vida? Nem um, nem outro; é um espelhamento. A intenção primordial é que o leitor da prosa se crie como protagonista de sua existência. De que modo esse espelhamento acontece? Quando o leitor consegue ver a sua condição no mundo, as suas escolhas passadas e decide assumir sua indeterminação ontológica para romper com o projeto anterior e iniciar um outro (Sitoni; Gregorini, 2024, p. 327).

Engajamento e generosidade são aspectos inerentes à condição humana, cujas raízes remetem a um projeto autêntico de realização da liberdade. No tocante à literatura, “Les Temps Modernes”, revista criada ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) por Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Maurice Merleau Ponty, foi um exemplo de como não há necessidade em assumir uma postura única e partidária para ser um escritor engajado. Em sua apresentação já estava claro o objetivo de posicionar-se sobre os acontecimentos de seu tempo, contra o “status quo” vigente, tendo em vista os seguintes aspectos:

Em resumo, nossa intenção é propiciar a produção de certas mudanças na sociedade que nos cerca. [...] Assim, a respeito dos eventos políticos e sociais que ocorrerão, nossa revista tomará posição em cada caso. Ela não o fará *politicamente*, quer dizer que ela não servirá nenhum partido. Mas ela se esforçará em desvendar a concepção de homem que inspirará as teses em questão e dará sua opinião conforme a concepção que apóia (Sartre, 1999, p. 133).

Seus autores, e neste trabalho focamos na figura de Sartre, trouxeram à tona os nomes daqueles escritores que tentaram abdicar de sua responsabilidade durante a ocupação da França e de países europeus na Segunda Guerra Mundial. Por meio das palavras e de suas denúncias, eles fizeram com que os desengajados fossem vistos em seus silêncios e omissões, localizados em seu tempo e espaço histórico, como se suas escolhas estivessem sob o olhar de um outro, que enfrentou uma rede de consciências em situações-limite.

No entanto, como vimos, não é somente o escritor o único responsável pela relação que estabelece com seu público, mas também os leitores devem atuar com a generosidade de se doar por inteiro na leitura de uma obra, de estarem imersos no universo que pode proporcionar uma literatura de outra fonte de liberdade. É preciso que haja certa humildade para se adaptar e poder ter seu conjunto de ideais e de práticas ampliado.

Ao refletir sobre o que antes não via, assume integralmente a responsabilidade diante da sua ação no mundo atual, de ser o agente principal em sua própria história. De estar vulnerável e não mais poder chamar a si mesmo de inocente, tudo isso se dá mediante a uma escrita crítica, que tem o contexto histórico como fundamental na tomada de decisões comprometidas com a humanidade. A mútua responsabilidade contida na relação entre escritor e leitor deve ser comprometida com seu tempo histórico, tal como, por exemplo, o contexto de guerra em que vivia os orquestradores da revista “Les Temps Modernes”.

Toda a discussão sobre responsabilidade, generosidade e cuidado para com a liberdade dos demais nos faz pensar sobre as práticas do ser humano, um estudo de suas ações que podemos considerar como ética e/ou moral. No final de “O Ser e o Nada”, a teoria sartriana caminha para uma ética, como verificamos na seguinte passagem:

Esse tipo particular de projeto, que tem a liberdade como fundamento e objetivo, mereceria um estudo especial. Com efeito, diferencia-se radicalmente de todos os outros, por visar um tipo de ser radicalmente diferente [...] Mas esse estudo não pode ser feito aqui: pertence, com efeito, a uma *Ética*, [...] pressupõe uma tomada de posição necessariamente moral em relação aos valores que impregnam o Para-si (Sartre, 2015, p. 710).

Sartre chegou a iniciar uma obra sobre ética que jamais concluiu; apenas postumamente foi lançada e intitulada de “Cahiers pour une morale” (em português

seria traduzido como “Cadernos por um moral”). Assim, as perguntas sobre uma ética existencialista pairam sobre a obra, especialmente em seus últimos capítulos e permanecem abertas.

Para entendermos melhor a filosofia existencialista sartriana a partir de uma ética, faz-se necessário voltarmos nosso olhar para a obra “O existencialismo é um humanismo”. Este texto é baseado em uma conferência de mesmo nome, proferida no “Club Maintenant”, em Paris, no dia 29 de outubro de 1945. Nela o autor francês defende-se das críticas que sua filosofia sofria, principalmente a de descrever os piores aspectos da condição humana; ele contrapõe-se a essa interpretação ao explicar que, na verdade, se tratava de um otimismo:

[...] não pode ser considerado como uma filosofia do quietismo, já que define o homem pela ação; nem como uma descrição pessimista do homem: não existe doutrina mais otimista, visto que o destino do homem está em suas próprias mãos; nem como uma tentativa para desencorajar o homem de agir: o existencialismo diz-lhe que a única esperança está em sua ação e que só o ato permite ao homem viver. Nesse plano, estamos, por conseguinte, perante uma moral da ação e do engajamento (Sartre, 2014, p. 33)

Ao longo deste trabalho uma questão esteve em nosso horizonte: Como apreender integralmente a realidade do Outro? E após uma análise que nos levou a um caminho ético das obras sartrianas, é possível interpretar que, se nos é impossível a cognição por completo do Outro, sua visão não marcada por uma perspectiva conjectural, é preciso uma relação pautada pela ação e engajamento relacionados à generosidade. Ao entendermos o que essa diversidade de visões (alteridade) nos comunica, é possível pensar em uma relação de coexistência responsável entre liberdades que encontram seus limites uma na outra. Relação essa que não deve ser permissiva, como explica o autor na citação abaixo:

Não se deve supor, porém, que uma moral da “permissividade” e da tolerância iria respeitar mais a liberdade do outro: uma vez que existo, estabeleço um limite de fato à liberdade do Outro, sou este limite, e cada um de meus projetos delineia este limite à volta do Outro: a caridade, a permissividade, a tolerância – ou toda atitude abstencionista – são projetos meus que me comprometem e comprometem o outro na sua aquiescência. Realizar a tolerância à volta do Outro é fazer com que este seja arremessado à força em um mundo tolerante. É privá-lo por princípio dessas livres possibilidades de resistência corajosa, de perseverança, de afirmação de si, que ele teria oportunidade de desenvolver em um mundo de intolerância (Sartre, 2015, p. 507-508).

O conflito é inevitável e não necessariamente deve ser visto como algo negativo, como se fosse o inferno dantesco. Essa impossibilidade de fugir do embate é vista no artigo “Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença”, de Silvio Gallo (2019), em que será ressaltada a posse como implicação da relação com o Outro, a vulnerabilidade do ser-visto-pelo-outro.

Eis a essência da contraditória relação com o outro: ao mesmo tempo em que ele é aquele que me faz ser, ao capturar-me com o olhar, ele é aquele que rouba meu ser, ao transformar minha subjetividade em objetividade. Sartre identifica dois níveis de atitudes possíveis para com o outro: primeiramente, o amor, a linguagem, o masoquismo. Em segunda instância, a indiferença, o desejo, o ódio, o sadismo. Não é objetivo deste artigo elucidar cada uma destas atitudes em relação ao outro; cumpre-me apenas afirmar que, para Sartre, todas elas são fracassadas, pois não dão conta de resolver o conflito da relação do eu com o outro. Ao contrário, o que faz cada uma destas atitudes é reforçar a contradição e o conflito desta relação (Gallo, 2019, p. 4).

Vimos no decorrer deste trabalho, a relação conflituosa entre subjetividades, de constante imposição de limites, como ela é característica da maneira de ser do homem no mundo. Franklin Leopoldo e Silva, em sua obra “Ética e Literatura em Sartre”, dizer que: “O reconhecimento do outro é inseparável do reconhecimento desse conflito, e a passagem da subjetividade para a intersubjetividade somente se realiza pela compreensão ontológica e histórica da relação entre o Eu e os outros.” (Silva, 2004, p. 193). Esse comentário reitera a impossibilidade de fuga do conflito que resulta do embate entre duas liberdades concretas, e faz com que reconheçamos que é preciso agir a partir desta contingência inescapável.

Podemos dizer então que Sartre e os demais fundadores da revista “Les Temps Modernes” atuaram a partir de uma ética baseada na generosidade, ou seja, não foram permissivos ao trazer nomes de escritor considerados por eles desengajados com seu tempo histórico. Utilizaram de sua função como escritores, do olhar como ferramenta da delimitação de liberdades alheias, para generosamente atizar a reflexividade dos homens enquanto indivíduos e agentes históricos no mundo.

Diante disso, é compreensível vislumbrar a impossibilidade da existência de uma ética existencialista normativa, absoluta para todos os tempos históricos e contextos. No entanto, a verdadeira liberdade não pode ser também inteiramente relativa, é preciso que haja autenticidade no campo das ações, isto é, que haja a realização da condição humana para escolher e estabelecer seu projeto próprio. Faz-se necessário que ele não engane a si mesmo, agindo de má-fé ao seguir uma

heteronomia, a sujeição à vontade alheia, a leis exteriores sem um devido uso de sua própria reflexão.

A reflexão será o alicerce da ontologia fenomenológica e, mais especificamente, da orientação ética proposta por Sartre, cuja perspectiva não objetiva algo categórico como em Kant, mas uma constante crítica daquilo que forja um espírito de seriedade. Sartre discorre sobre o espírito de seriedade em “O ser e o nada” da seguinte maneira:

O espírito de seriedade tem por dupla característica, com efeito, considerar os valores como dados transcendentais, independentes da subjetividade humana, e transferir o caráter de “desejável” da estrutura ontológica das coisas para sua simples constituição material (Sartre, 2015, p. 763).

A ética sartriana exalta a recusa da alienação como consequência da reflexão constante do indivíduo sobre as causas, os significados e os valores de suas ações. Essa reflexão é evidenciada no texto “Ética de Sartre”, de Lázaro Teixeira Trindade, conforme podemos ver no seguinte trecho:

A má-fé se diz de muitos modos, mas concretamente ela é uma conduta que conduz à criação de valores marcados pela exterioridade. Ela implica o espírito de seriedade, ou seja, é a fé de que os valores são objetivos, transcendentais. A má-fé desliza para a alienação. Ora, a conduta de má-fé só pode ser superada num processo de conversão moral. Essa é a apreensão da liberdade mesma por meio de uma reflexão pura. Nesse sentido, a conversão é ponto de partida para uma reflexão ética. Esta assume a ambiguidade da condição humana que é liberdade e a generosidade como recusa da alienação. Porém, Sartre é consciente de que a superação da alienação e a conversão total implica a sociedade e a história (Trindade, 2017, p. 591).

Segundo Trindade, deve haver uma crítica à normatividade alienante, usando da autenticidade para recuperar o sentido das ações, e essa renúncia da moral prescritiva deverá ser feita por meio da reflexão enraizada na liberdade como dimensão da existência. O questionamento é fundamental na ética sartriana, ele reitera:

Mais: o questionamento talvez seja a primeira tarefa da ética filosófica e, por isso, ela está sempre em construção. Incurrir logo em soluções ou aceitar de saída valores tidos como “a priori”, antes de ser a “salvação” da moral é sua alienação. Neste sentido, uma crítica da normatividade é uma prioridade. Assumir isso consciente e consequentemente abre um caminho frutuoso para a ética (Trindade, 2017, p. 593, grifos do autor).

Ora, como vimos até aqui, é possível analisar que, se a consciência está lançada no mundo junto as demais e não há nunca um cessar dessa ligação, a relação escritor-leitor é marcada por uma ética não universalizante que considera a subjetividade e historicidade do indivíduo.

É preciso que, assim como o escritor assume sua responsabilidade perante o seu público, os leitores assumam a responsabilidade de ler criticamente o que lhe é apresentado por meio da literatura. Ao ter sua sensibilidade transformada e ampliada pelas questões suscitadas em alguma obra, já não há mais inocência diante do assunto exposto. Há um apelo para que retribua a confiança a ele depositada, deve reconhecer a liberdade do escritor e, concomitantemente, experienciar a sua própria.

Ao entendermos que toda coexistência humana implica o estabelecimento de limites às liberdades, e que não necessariamente isto é algo ruim, podemos almejar uma relação de crescimento mútuo. Há uma interminável influência entre o escritor e seu público, na qual ambos podem se beneficiar desse encontro para dar significância a experiências individuais e/ou coletivas, explorar os dilemas da existência humana por meio da imaginação etc.

A imaginação do leitor é essencial para que desenvolva uma ética de liberdade, mas não é suficiente visto que a ação moral precisa estar situada em um contexto histórico, cultural e temporal. Assim, o autor não deve ser tido como autoridade externa determinante de ações morais, mas como aquele que, de forma responsável e engajada, desvela aspectos da condição humana para um público.

Assim, o imaginário pode servir tanto à alienação quanto ao engajamento (p. 189). Ele pode conduzir tanto à absolutização do estético, da posição do bem ou do mal como valores objetivos, quanto à superação concreta à guisa da liberdade criativa do indivíduo para uma ética real e concreta. Logo, sem imaginação não há criação nem projeto e, portanto, não há ética (p. 190) (Trindade, 2017, p. 590-591).

Com isso, entende-se que a ética sartriana não define valores absolutos, imutáveis e universais a serem seguidos pela humanidade, mas alerta para que não haja o predomínio de subterfúgios como má-fé e espírito de seriedade. É nesse sentido que buscamos analisar dois conceitos como norteadores da perspectiva sartriana, não deterministas, de uma ética do compromisso, a saber: a liberdade (atrelada à responsabilidade) e a generosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a introdução das bases teóricas do autor, é perceptível como a ontologia fenomenológica sartriana foi influenciada pelas noções de intencionalidade de Edmund Husserl, de ser-no-mundo de Martin Heidegger, e de intersubjetividade expressa na dialética do senhor e do servo no pensamento de Hegel. A partir deste núcleo teórico, pretendeu-se estabelecer a relação do conceito de alteridade com o contexto histórico em que se instaura os papéis dos escritores e seus leitores. É justamente neste sentido que o trabalho de pesquisa foi pautado em 03 (três) conceitos norteadores: alteridade, liberdade e generosidade.

No primeiro capítulo analisamos o conceito de alteridade, a relação intersubjetiva de consciências situadas no mundo e de como elas podem ser irrefletidas e/ou refletidas. Analisou-se os projetos autênticos e inautênticos (marcados pela má-fé, auto enganação), por meio do olhar, questão que analisa como o orgulho, a vergonha e o medo, causados pelo contato com os outros, são úteis para concretizar a ideia de liberdade.

Já no segundo capítulo foi estudada a questão da liberdade atrelada à nossa responsabilidade para com as demais consciências. Entende-se que o escritor realiza seu ofício pela linguagem, trazendo à tona experiências vividas, silêncios, ambiguidades, afetos e diversas características que atravessam a experiência humana de estar no mundo. Experimenta sua liberdade na medida em que requisita a liberdade de seu público, sendo que a sua responsabilidade como escritor engajado está em desvelar facetas da condição humana na sociedade de seu tempo.

No último capítulo analisou-se a responsabilidade do público, a generosidade de doar-se na leitura de uma obra, a humildade para adaptar-se e poder ser transformado ao expandir seu universo. Refletir sobre o que antes não via, assumir sua responsabilidade diante do mundo atual e ser o protagonista em sua própria história. A mútua responsabilidade contida na relação escritor-leitor, comprometida com seu tempo histórico e contexto cultural não universalizado.

De modo geral, este trabalho de pesquisa pretendeu analisar a relação escritor-leitor, mais especificamente, a relação entre a concepção sartreana de alteridade, a autenticidade de quem escreve e o posicionamento político em relação à condição de consciências frente a outras consciências. Isto é, analisar como o homem situado

concretamente no mundo, engajado com sua historicidade exerce sua liberdade com responsabilidade e generosidade em relação ao Outro.

Em suma, não existe uma diretriz ou fórmula prática perfeita a ser seguida, visto que as condições materiais, históricas e culturais devem ser levadas em consideração. No entanto, é possível traçar ideais que podem nortear e servir como um horizonte para a conduta engajada do escritor, tais como, por exemplo, a liberdade atrelada à responsabilidade, uma ética que seja pautada pela generosidade de solicitar constantemente a liberdade dos demais seres humanos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Élide Rugai; REGO, Walquíria D. Leão (Orgs.). “Intelectuais e política: a moralidade do compromisso”. São Paulo: Olho d'Água, 1999. 216 páginas.

FONSECA, Célia. O existencialismo e o século XX. “Revista de História”, São Paulo, v. 34, p. 173, mar. 1967. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/125986> Acesso em: 09 ago. 2024.

GALLO, Sílvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. “Anais do II Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre Diálogos”. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/GalloEuOutroOutros.pdf> Acesso em: 31 out. 2024.

GIMENES DE PAULA, M. A Dialética do Senhor e do Escravo e sua Repercussão no Marxismo e na Psicanálise Lacaniana. “Psicanálise & amp.; Barroco em Revista”, [S. l.], v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.9789/1679-9887.2010.v8i1.%p. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8778> Acesso em: 03 de set. 2024.

KOJÈVE, Alexandre. “Introdução à leitura de Hegel”. Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 2002.

MENDONÇA, Cristina Diniz. A dessublimação emancipadora de Sartre. “DoisPontos”, [S. l.], out. 2006. ISSN 2179-7412. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/6505/4688>>. Acesso em: 09 set. 2024.

PEREIRA, Deise Quintiliano. Sartre fenomenólogo. “Estudos e Pesquisas em Psicologia”, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 277–288, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10744>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SANCHES NETO, Miguel. O inferno segundo Sartre. In: SARTRE, Jean-Paul. “Entre quatro paredes”. 2ª ed. Tradução de Alcione Araújo e Pedro Hussak. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. “A transcendência do Ego”: Esboço de uma descrição fenomenológica. 2ª ed. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. “Entre quatro paredes”. 2ª ed. Tradução de Alcione Araújo e Pedro Hussak. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. “La responsabilité de l’écrivain”. France: Verdier Editeur, 1998.

SARTRE, Jean-Paul. “O existencialismo é um humanismo”. 4ª ed. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. “O Ser e o Nada” - Ensaio de ontologia fenomenológica; tradução de Paulo Perdigão. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. Reflexões sobre o racismo: I. “Reflexões sobre a questão judaica”. II. Orfeu negro. 5ªed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SARTRE, Jean-Paul. “Que é a literatura?”. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. In: __. “O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de Método”. Traduções de Vergílio Ferreira, Luiz Roberto Salinas Fortes e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e identidade histórica em Sartre. “Trans/Form/Ação”, v. 26, n. 2, p. 43–64, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/hQ5Yj7ZPpjTtNRLYt3mtYXQ/#> Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA, Franklin Leopoldo e. "Descartes: a metafísica da modernidade". 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção Logos)

SILVA, Franklin Leopoldo e. "Ética e literatura em Sartre: Ensaios introdutórios". São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Coleção Biblioteca de Filosofia)

SITONI, Thiago; GREGORINI, Débora Fátima. A ambiguidade e a generosidade: categorias da relação escritor-leitor em Sartre e Beauvoir. "Sapere aude", Belo Horizonte, v. 15, n. 29, p. 321-334, Jul, 2024. ISSN: 2177-6342. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/32289>. Acesso em: 27 out. 2024.

TRINDADE, Lázaro Teixeira. Ética de Sartre. "Sapere aude" – Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 588-593, Ago./Dez, 2017. ISSN: 2177-6342 Disponível em: <https://200.229.32.43/index.php/SapereAude/issue/view/v.%208%2C%20n.%2016%20%282017%29> Acesso em: 05 nov. 2024.